

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Á
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ
SECRETARIA DE SAÚDE
A/C: Dra. Nicole Ribeiro Lessa Cipriano – Secretaria de Saúde

Ref.: Pregão Eletrônico nº 069/2023
Processo Administrativo nº 13.282/2019

Comercial de Equipamentos Médicos Hospitalares Serra das Araras Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.117.794/0001-80, com sede à Avenida dos Acadêmicos, 40 – Country Clube – Pirai – RJ - CEP: 27.175-000 vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria ,através do seu representante legal infra assinado, com fulcro no inciso XVIII, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02, tempestivamente, interpor

CONTRARRAZÕES

em face do inconsistente, irregular e incabível recurso interposto pela empresa GG INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA (RECORRENTE), perante esta idônea Comissão Permanente de Licitação, que classificou conforme o Edital a proposta de preço referente ao item 02 (dois) FOCO REFLETOR AMBULATORIAL apresentada pela empresa COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA (RECORRIDA).

DA TEMPESTIVIDADE

Antes de adentrar ao mérito da presente contrarrazões, fazemos constar o disposto legal o art.4º, XVIII da Lei nº 10.520/02:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;(grifo nosso).

Em conformidade com o prazo que determina a Lei, resta comprovada a tempestividade da presente contrarrazões.

DA PRELIMINAR

O edital é a Lei da licitação, o que está escrito dele tem que ser cumprido, conforme o Princípio da vinculação ao Edital.

Citamos o item 20.8 do Edital.

Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos aoTITULAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que decidira de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro e da Procuradoria Geral Municipal.

De acordo , com o item 20 – Recursos / 20.8 do edital o Recurso da empresa GG INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA , NÃO FOI DIRIGIDO AO TITULAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conseqüentemente, não deve prosperar (ser indeferido), conforme o Principio da Vinculação ao Edital.

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, tal princípio assevera que os participantes, bem como a própria Administração Pública estará totalmente vinculada ao instrumento convocatório, ou seja, ao edital.

A Recorrente em seu recurso não dirigiu ao titular da Secretaria Municipal de Saúde, motivo o qual, o mesmo, tem que ser indeferido.

É o que diz, inclusive, o artigo 41 da Lei Geral de Licitações:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Aqui, importante trazer os ensinamentos de Filho (Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho. –28. ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2014. – São Paulo : Atlas, 2015.) acerca do tema: A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

Portanto, não resta dúvida, que o Recurso da Recorrente deve ser indeferido, conforme o Princípio da Vinculação ao Edital e o art. 41 da lei nº 8666/93.

DOS FATOS

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa GG INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, contra a decisão do Sr. Pregoeiro que classificou conforme a Lei, a proposta da empresa COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS LTDA, referente ao item 02 (dois) FOCO REFLETOR AMBULATORIAL

Insurge-se a Recorrente contra a decisão, em síntese, pelas razões abaixo apresentadas:

Que o Foco Refletor Ambulatorial precisa ter registro no ANVISA, e o foco cotado pela recorrente e demais não possuem o devido registro.

Portanto, em que pese à indignação da Recorrente contra a habilitação da Recorrida, o recurso não merece prosperar pelas contrarrazões a seguir apresentadas.

DO DIREITO

Salientando, que o Foco Refletor Ambulatorial, cotado pela Recorrida, a empresa que o fabrica possui Anvisa para sua fabricação.

A uma diferença entre Foco Refletor Ambulatorial e Foco Cirurgico sendo o primeiro facultativo /dispensado de acordo com a NOTA TÉCNICA Nº 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA (em anexo).

O Foco Clínico / Auxiliar (Foco Refletor Ambulatorial/ auxiliar) é um aparelho muito utilizado pelos médicos em consultas e exames . Geralmente são usados para auxiliarem a enxergar o problema com mais clareza para saber identificá-lo da melhor maneira, esta não precisa precisa do registro no Anvisa conforme NOTA TÉCNICA Nº 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA (em anexo).

Já o Foco Cirurgico sua função iluminar a área a ser operada de forma efetiva, e que também não prejudique a mobilidade de toda a equipe envolvida na cirurgia

Portanto, o foco refletor ambulatorial / auxiliar é utilizado em consultas Produtos sujeitos a Cadastramento (não obrigatório o ANVISA), já o FOCO CIRURGICO é utilizado em cirurgia, este sim, poderá oferecer risco a saúde.

A propria Lei nº 6.360/1976, citada pela recorrente informa no art 25 §1º - a dispensa do ANVISA

§ 1º - Estarão dispensados do registro os aparelhos, instrumentos ou acessórios de que trata este artigo, que figurem em relações para tal fim elaboradas pelo Ministério da Saúde, ficando, porém, sujeitos, para os demais efeitos desta Lei e de seu Regulamento, a regime de vigilância sanitária.

Conforme a NOTA TÉCNICA Nº 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA, o Foco Clínico / Auxiliar é produto sujeito a cadastramento, não obrigatório do ANVISA.

1. Objeto: Servir como um guia orientativo às empresas do setor de produtos para saúde para o peticionamento de Registro/Cadastramento tendo como base a IN 02/2011.Considerando:

- a Instrução Normativa nº 02, de 31 de maio de 2011 apresenta a relação de equipamentos médicos e materiais de uso em saúde que não se enquadram na situação de cadastro, permanecendo na obrigatoriedade de registro na ANVISA;
- a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº - 24, de 21 de Maio de 2009,estabelece o âmbito e a forma de aplicação do regime do cadastramento para o controle sanitário dos produtos para saúde;
- a Instrução Normativa - IN nº 13, de 22 de Outubro de 2009, dispõe sobre a documentação para registro de equipamentos médicos das Classes de Risco I e II;
- a definição de produtos para saúde expressa na RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001 e no MANUAL PARA REGULARIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS NA ANVISA, da GQUIP (Gerência de Equipamentos);
- o produto ou processo de fabricação na qual pode apresentar risco à saúde do consumidor, paciente, operador ou terceiros envolvidos;
- E, finalmente, a dificuldade de enquadramento de diversos produtos;Esta gerência vem por meio desta nota técnica esclarecer o entendimento sobre o enquadramento sanitário de diversos produtos.

Produtos sujeitos a Cadastramento:

1. Pupímetro
2. Equipamentos utilizados para iluminar o corpo do paciente no espectro visível, exceto para iluminação bucal (conforme ABNT NBR ISO 9680:2001.)
 - 2.1. Fleboscópio
 - 2.2. Lanterna Clínica
 3. Oftalmoscópio;

4. Fotóforo;
5. Otoscópio;
6. Pistola Mecânica e Elétrica para Agulha de Biópsia;
7. Bomba de Retirar Leite (Elétrica e Manual);
8. Válvula Reguladora de Pressão e Misturadora de Gases, destinados para postos de utilização;
9. Fluxômetro, associado a Gases Medicinais;
10. Lâmpada de Fenda;
11. Cadeira de Rodas (motorizada e não-motorizada), para deslocamento de pessoas incapacitadas, utilizadas em estabelecimentos de saúde e ambientes domésticos, bem como as utilizadas para fins de resgate e atendimento emergencial, exceto as de uso transitório utilizados para fins esportivos ou em shoppings, supermercados, as quais não são considerados produtos para saúde;
12. Aparelho para Tração Cervical e Ortopédica (Pneumático);
13. Adipômetro;
14. Equipamento para Preparo de Amostras para Diagnóstico In Vitro;
15. Pipetador automático para cartões e microplacas para testes imuno-hematológicos;
16. Estetoscópio (Mecânico e Digital);
17. Esteira Ergométrica, indicadas para estabelecimentos para saúde;
18. Bicicleta Ergométrica, indicadas para estabelecimentos para saúde;
19. Lavador de Ouvido;
20. Cortador de Gesso (Mecânico e Elétrico);
21. Aspirador de fluidos nasais (Mecânico e Elétrico);
22. Equipamento para Termoterapia, exceto os utilizados em pacientes em salas de cirurgia, unidades de tratamento intensivo, e em outras situações em que o paciente pode não ser capaz de reagir caso submetido a temperaturas excessivas.
23. Foco Auxiliar (GRIFO NOSSO)

conforme o texto acima, ficou comprovado, que o foco auxiliar é facultativo de registro no ANVISA.

Salientando, que a proposta da Recorrida foi a mais vantajosa pro Município, e que os itens ganho estão dentro dos parâmetros do ANVISA (com registro ou isentos).

Os Princípios constitucionais base do Direito Administrativo, serve de parâmetro para julgar e selecionar a proposta mais vantajosa para Administração vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento)

Portanto, a Recorrida apresentou a documentação e a proposta conforme solicitado no edital, não há o que falar sobre desclassificação do item 02 (dois), esta mais vantajosa e esta em consonância com as normas do edital.

DO PEDIDO

Confiante no espírito público deste ilustre Secretária de Saúde do Município de Nova Friburgo – RJ, e com fundamento na legislações vigentes, requer o seu acolhimento e provimento da presente contrarrazões para requerer:

a) Conforme Preliminar, que seja indeferido o Recurso, pois a Recorrente não cumpriu com o item do Edital 20 – Recursos / 20.8 do edital (NÃO FOI DIRIGIDO O RECURSO AO TITULAR DA SECREATARIA MUNICIPAL DE SAÚDE), ferido o Principio da Vinculação do edital e o art. 41 da lei nº 8666/93.

b) O conhecimento e acolhimento das presentes contrarrazões, caso não entenda a Preliminar, para que seja indeferido as Razões de Recurso, interposto pela empresa GG INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA e que seja mantida a decisão desta ilustre Comissão de Licitação que classificou e sagrou a Recorrida vencedora do item 02 (dois) Foco Refletor Ambulatorial, pois este item é facultativo ao Registro no ANVISA conforme NOTA TÉCNICA Nº 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA.

Neste Termo,

Pede deferimento.

Piraí - RJ, 12 de junho de 2023

COMERCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SERRA DAS ARARAS

Ronald Tavares Fajardo Junior

Sócio Administrador

OAB/RJ 201.085

Fechar